

Governo quer eleição directa de líderes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto

Descentralização Maria Lopes

Proposta foi aprovada ontem em Conselho de Ministros. Novo modelo será para vigorar a partir de 2017

O plano de descentralização do Governo anunciado ontem prevê a eleição dos presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto por voto directo dos cidadãos, com esta a realizar-se em simultâneo com as eleições autárquicas de 2017.

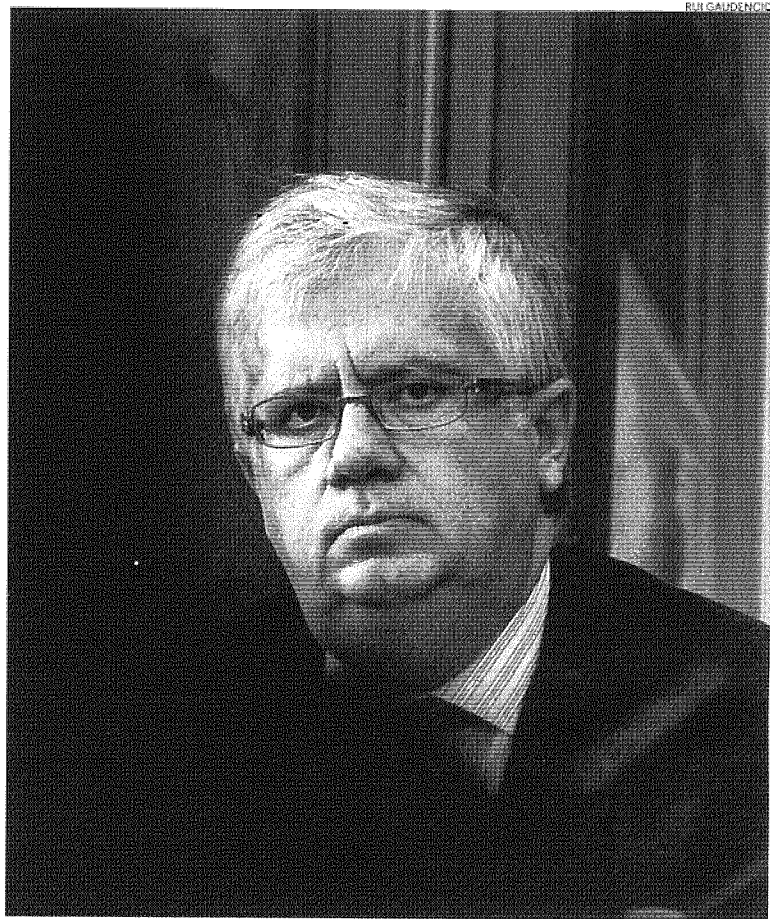
Em conferência de imprensa, no final do Conselho de Ministros, o ministro-Adjunto, Eduardo Cabrita, adiantou que, após a conclusão do plano de descentralização do Governo, as lideranças das actuais comissões de coordenação de desenvolvimento regional (CCDR) terão os seus poderes revistos e serão eleitas a partir de 2017 por voto indirecto – e não mais escolhidas pelo Governo.

Ou seja, de acordo com o membro do executivo, as comissões de coordenação de desenvolvimento regional serão eleitas por voto dos representantes das câmaras e das assembleias municipais das respectivas áreas territoriais.

“Todo o quadro normativo, financeiro, institucional e logístico de apoio terá de estar preparado ao longo de 2016, sendo aprovado na primeira metade de 2017. Pretendemos que o ciclo autárquico entre 2017 e 2021 decorra já com base no novo quadro institucional e de competências”, frisou Eduardo Cabrita perante os jornalistas.

O ministro-Adjunto assumiu depois como objectivos do executivo “alterar a natureza das CCDR, transformando-as em verdadeiros centros de promoção do desenvolvimento territorial, tendo como base as cinco áreas já existentes”. “Queremos que a partir de 2017 sejam eleitas de modo indirecto através da participação das câmaras municipais e das assembleias municipais”, disse.

Num segundo plano, de acordo com Eduardo Cabrita, haverá “a preparação da alteração da natureza das actuais áreas metropolitanas de Lisboa e Porto”. “Queremos que, juntamente com as eleições municipais e de freguesia de 2017, sejam, pela primeira vez, eleitas



Eduardo Cabrita também considera o termo “interior” ultrapassado

directamente pelos cidadãos os presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e respectivas assembleias metropolitanas”, apontou ainda.

Competências das câmaras

Na conferência de imprensa, Eduardo Cabrita disse que “haverá um processo intenso de descentralização de competências para o nível municipal” em áreas como a educação, saúde, acção social, protecção civil e segurança pública, cultura, transportes, sectores portuário e marítimo ou habitação.

“Ao longo de 2016 haverá um processo de diálogo com os representantes das autarquias. Até ao final do primeiro trimestre, proceder-se-á à aprovação de todas as iniciativas legislativas, seguindo-se a concretização, ainda em 2017, das alterações de orgânica. Este novo quadro de exercício descentralizado, numa lógica de subsidiariedade, deverá estar reflectido no Orçamento do Estado para 2018”, declarou.

Já em relação à Unidade de Missão para a Valorização do Interior, o ministro-Adjunto referiu que a entidade se deve dirigir “estritamente ao cumprimento do

objectivo de descentralização”.

“Para este Governo, o conceito de interior é um conceito encarado como ultrapassado, porque estamos perante regiões que estão bem perto de zonas dinâmicas do mercado espanhol – um mercado que é hoje um cliente relevante ao nível do nosso relacionamento externo”, alegou o membro do executivo.

Tal como tem defendido o primeiro-ministro, António Costa, em sucessivas intervenções públicas, também Eduardo Cabrita advogou que as zonas do interior “devem ser encaradas como áreas bem próximas do centro do mercado ibérico e as áreas mais próximas do território nacional face ao conjunto dos mercados europeus”.

“Envolvendo os parceiros sociais (representantes das associações empresariais e sindicais de entidades autárquicas), teremos uma estrutura que trabalhará ao longo dos próximos seis meses na preparação de um plano de desenvolvimento e coesão territorial do interior do país, o que será reflectido nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 2017”, acrescentou, numa alusão às competências da nova unidade de missão.

Melo já tinha por certos os apoios de distritais como Lisboa, Porto, Braga e Viana do Castelo. Mas, como o próprio confessou aos mais próximos e sugeriu na declaração aos jornalistas, não era uma questão de ter capacidade para ganhar o congresso mas sim de atender a outras as circunstâncias. À cabeça a de ser eurodeputado, reeleito em 2014, e a de não ser deputado na Assembleia da República. Teria de renunciar ao mandato do Parlamento Europeu mas sem saber quanto tempo teria de estar na oposição. Se o actual Governo cumprir a legislatura, Melo teria de se candidatar a mais um mandato (são de dois anos) na liderança do partido e, em teoria, poderia ficar quatro anos na oposição. Por outro lado, também não era líquido que pudesse assumir o lugar de deputado no Parlamento, já que, como último nome da lista por Braga, obrigaria a que outros renunciasses ao mandato. “Não posso nem devo dispor dos mandatos de terceiros”, justificou, depois de sublinhar a importância de, como líder do partido, debater com o primeiro-ministro no Parlamento.

Nesse sentido, declarou “existirem outras pessoas em melhores condições de serem candidatos”. E apontou Assunção Cristas como nome “incontornável”, a dirigente que Paulo Portas trouxe para o partido há nove anos e a quem já atribuiu qualidades de liderança.

Natural de Angola, Maria da Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça entrou para a política em 2002, para adjunta da ministra da Justiça Celeste Carona (CDS), no Governo liderado por Durão Barroso, e integrou o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento até 2005.

Foi a sua prestação televisiva contra a despenalização do aborto, num debate em 2007, que chamou a atenção de Portas que a indicou directamente para a comissão política nacional. Tornou-se vice-presidente do partido em 2009 e foi convidada a ocupar o cargo de ministra da Agricultura, Ambiente, Mar e Ordenamento do Território, no Governo PSD/CDS em 2011, ficando apenas com a Agricultura e Mar após a crise do “irrevogável”. Com 41 anos, é licenciada em Direito, tem um doutoramento em Direito Privado e foi professora universitária. Mãe de quatro filhos, Assunção Cristas cumpriu a licença de maternidade do último filho já exercendo funções de ministra, uma situação inédita na política portuguesa.

“O CDS, assente na democracia-cristã e focado nos problemas concretos dos portugueses, é o mais bem colocado para protagonizar o crescimento do centro-direita em Portugal”, disse Assunção Cristas ao anunciar a candidatura à liderança do partido